

# **COOPERAÇÃO MILITAR BRASIL SURINAME: DE 1975 A 2014**

Paulo Raul Costa Guerra<sup>1</sup>

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo analisar a cooperação militar entre Brasil e Suriname uma vez que nas últimas décadas a América do Sul tornou-se plataforma fundamental para estratégia de inserção internacional, modernização da defesa nacional e amadurecimento das relações regionais nos temas de segurança e defesa. A análise foi feita a partir de 1975, ano de independência do Suriname e de início de suas relações diplomáticas com o Brasil, seguindo até o ano de 2014 que corresponde ao final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Foi realizado o levantamento e análise de artigos científicos, notícias e livros ligados ao tema, acordos de cooperação militar entre o Brasil e Suriname. Uma análise documental das principais declarações, discursos e posicionamentos dos atores sociais e políticos da região a respeito de suas percepções e ações diante os acordos de cooperação militar.

Palavras-chave: Cooperação Militar, Brasil, Suriname, Defesa.

## **ABSTRACT**

The objective of this paper is to analyze military cooperation between Brazil and Suriname, since in the last decades South America has become a fundamental platform for the strategy of international insertion, modernization of national defense and the maturing of regional relations in security and defense issues . The analysis was made from 1975, the year of independence of Suriname and the beginning of its diplomatic relations with Brazil, following the year 2014, which corresponds to the end of the first term of President Dilma Rousseff. scientific articles, news and books on the subject, military cooperation agreements between Brazil and Suriname. A documentary analysis of the main declarations, speeches and positions of the social and political actors of the region to the respect of their perceptions and actions before the military cooperation agreements.

Key words: Military Cooperation, Brazil, Suriname, Defense.

## **INTRODUÇÃO**

A questão da integração do continente Sul-Americano nas ultimas décadas tem ganhado relevância nas agendas estratégica dos países da região, tanto através da cooperação bilateral quanto da criação de organizações regionais visando diferentes fins como a integração econômica, infra estrutural ou de defesa. Tal plano estratégico não está imune de desafios e um deles, que faz parte da discussão deste trabalho, é o caso do Suriname, que está

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. E-mail: paulorau@gmail.com

localizado na região do Platô das Guianas (Guiana francesa, República da Guiana e Suriname), é o país mais jovem da América do Sul e caracteriza-se por uma composição étnico-cultural extremamente diversa e complexa, idiomas distintos dos demais países do continente e uma inserção praticamente toda voltada para o caribe (VISENTINI, 2008, p.1).

A cooperação é uma das formas utilizadas para aproximar-se do Suriname e integra-lo cada vez mais ao continente e de fato existem projetos que buscam essa integração o que é o caso da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), contudo os desafios ainda são grandes, nosso foco, porém será outro. Deste modo, o presente artigo tem como objetivo analisar a cooperação militar que o Brasil e Suriname, uma vez que a partir da criação de organizações regionais que visam a integração e ainda instituições de coordenação em matéria de defesa e segurança como o Conselho de Defesa Sul Americano (CDS), o número de acordos ligados à cooperação militar cresceu de forma significativa no continente Sul Americano, expandindo e aumentando o grau de interação entre países fazendo com que as questões militares se tornem um aspecto importante da política exterior dos países.

Otálvora (2008, p. 2) afirma que desde a intensificação de instituições de coordenação regional em matéria de defesa, esse tema tem se tornado crescente na agenda da região sul-americana, nesse sentido ocorre uma atividade diplomática voltada aos temas militares o qual o autor denomina de “diplomacia militar”, o mesmo afirma ainda que a atividade dos governos é vista no campo militar desde aspectos ideológicos, doutrinários e operativos como os programas conjuntos de formação de oficiais, ou seja, aspectos simbólicos em tempos de paz e logísticos em tempos de guerra.

A análise abrangerá o período que vai de 1975, ano de independência do Suriname, até o ano de 2014 que corresponde ao final do primeiro mandato da presidente brasileira Dilma Rousseff, o estudo foi feito através da análise de integração e segurança internacional, política externa dos referidos países, integração e cooperação em defesa e segurança, levando em consideração o momento no qual a América do Sul tornou-se plataforma fundamental para estratégia de inserção internacional e de modernização da defesa nacional do Brasil e de amadurecimento das relações regionais em temas de segurança e defesa.

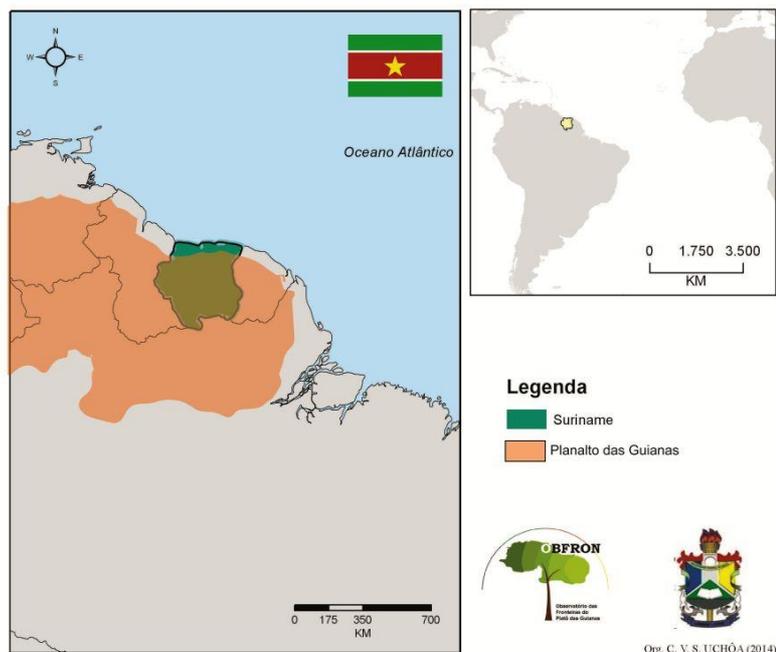
Foi realizado o levantamento e análise de artigos científicos, notícias e livros ligados ao tema, acordos de cooperação militar entre o Brasil e Suriname. Uma análise documental das principais declarações, discursos e posicionamentos dos atores sociais e políticos da região ao respeito de suas percepções e ações diante os acordos de cooperação militar. As principais fontes de dados utilizadas foram: Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Ministério da Defesa (Brasil e países do Platô das Guianas); Ministério das Relações

Exteriores (Brasil e países do Platô das Guianas); Documentos do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS).

A primeira sessão do artigo apresentará alguns aspectos gerais do Suriname, uma vez que o país é um dos mais jovens da América do Sul e possui peculiaridades que tornam seus interesses e movimentos políticos na região um pouco desistindo se comparado aos demais. A segunda sessão discorrerá sobre os principais pontos da relação estabelecida entre Brasil e Suriname, levando em consideração fatos históricos, e sobre tudo as abordagens da política externa de cada país, uma vez que muitos são os motivos que balizam essa estratégia. Por Fim, a terceira e última sessão, com base em documentos oficiais, tratados de cooperação e a entrevista, apresentará a evolução da cooperação militar entre Brasil e Suriname, baseada análise no número de acordos e na percepção de atores.

## 1 – SURINAME: A EX-COLÔNIA HOLANDESA

Tornando-se independente no ano de 1975, o Suriname é o mais novo Estado Sul-Americano, carrega consigo também a menor dimensão territorial e população do continente, são 163,820 Km<sup>2</sup> de extensão e uma população em torno de 600 mil habitantes. Situa-se ao norte da América do Sul, faz fronteira ao Oeste com a República Cooperativa da Guiana, a leste com Guiana Francesa, ao Sul com o Brasil e em sua porção Norte encontra-se o Oceano Atlântico.



Mapa (01): República do Suriname  
(CORREA, 2014, p. 138)

O país compõe juntamente com República Cooperativa da Guiana e Guiana francesa a região chamada Platô das Guianas, uma região que apresenta desafios para a integração do continente uma vez que tem uma composição etno-cultural totalmente diversa, com idiomas totalmente distintos dos demais países da América do Sul. Ainda, tem uma forte relação estabelecida com os países caribenhos e, de certo modo, para suas antigas metrópoles que no caso do Suriname é a Holanda (VISENTINI, 2008, p. 1).

Deste modo, o Suriname como membro dessa região tão distinta, apresenta-se como um desafio para integração regional Sul-Americana já que, possui maior integração com o mercado comum caribenho através de sua participação no CARICOM, desde 1995, e ainda da Associação dos Estados Caribenhos (AEC), e por outro lado forte relações econômicas com a Holanda, a segunda maior fonte das exportações do Suriname, representando aproximadamente 15% do total perdendo apenas para os EUA com 25%.

A economia desse pequeno país é atualmente baseada na exportação de ouro, bauxita, madeira e arroz, todavia importa quase todos os tipos de produtos manufaturados. Vale ressaltar ainda, que possui uma reserva de petróleo, contudo, as possibilidades de prospecção estão estudadas (CAVLAK, 2016, p. 17). A pluralidade de culturas é intensa, tendo sua formação no período colonial, segundo Visentini (2008, p. 2) existe uma ampla variedade racial, linguística e religiosa, ameríndios localizados no interior, afrodescendentes que foram inseridos nas plantações no período colonial, os *Maroons* ou *Bush-negroes* povoam florestas do interior do país, indianos de origem Hindu e Mulçumana, indonésios, javaneses, chineses, ingleses e mestiços são alguns dos que compõem a sociedade surinamesa.

O número de mulçumano no país é grande e compõem 19,6 % da população total, esse fato faz com que o Suriname juntamente com República da Guiana sejam os únicos países Sul Americanos a compor o Organização para Cooperação Islâmica (OCI), entidade intergovernamental que reúne Estados Islâmicos ou que possuem uma comunidade representativa praticantes da religião. De tal modo, Visentini (2008, p. 1) caracteriza o Suriname como um país que faz parte de “uma outra América do Sul” distinta da Platina e da Andina, o que seria “uma nova fronteira” no continente, pois com um construção étnico-cultural distinta das demais na América do Sul, frágil estrutura de conectividade terrestre com o continente e economias ainda pouco desenvolvidas apresentam um desafio ao processo de integração Sul-Americano.

## 1.1 – De colônia holandesa a estado independente

No final do século XVII as potências marítimas europeias tornaram-se mais ativas na exploração das riquezas do Hemisfério Ocidental, a hegemonia espanhola se viu ameaçada pelo forte avanço das empresas marítimas da Inglaterra, França e Holanda, tal expansão baseou-se em uma diversificação econômica assistida por avanços na tecnologia de construção de embarcações. No Hemisfério Ocidental, os Países baixos consolidaram seu expansionismo comercial com a criação, em 1621, da Companhia das Índias Ocidentais ou WIC “West India Company” (JANSSEN, 2011, p. 3).

A WIC tinha a princípio interesse nas riquezas da América Espanhola, contudo em 1624 começou a ocupar o nordeste brasileiro com a produção de açúcar, sem êxito, em 1654 perdeu o domínio da região. O que conhecemos hoje como Suriname só foi ocupado no ano de 1667, segundo Van Lier (2005, p. 9) “após a invasão feita por uma frota Holandesa, houve a aquisição definitiva do território pelos Países Baixos por força de um tratado com a Inglaterra, mediante o qual foi cedida em troca da ilha de Manhattan”. Ainda segundo o autor, toda a lógica de ocupação Holandesa foi baseada nas plantações de açúcar, e em face da demanda internacional, escravos vindos de Java, China, Bengala, África e também indígenas nativos foram importados como mão-de-obra no cultivo das plantações na margem direita do rio Suriname.

Segundo Cavlak (2016, p 35) “do ponto de vista político, foi instaurado uma configuração em que o governador era apontado pela Companhia, enquanto a Corte de Polícia, justiça criminal e justiça civil eram eleitos pelos colonizadores”. Do ponto de vista econômico o a colônia estava organizada no sistema de “plantation” ou plantação, segundo van Lier (2005, p. 40) as plantações eram como uma espécie de empresas comerciais subsidiadas pelo “capital além-mar”, estabelecidas em países que não possuíam mão-de-obra, principalmente devido a presença de uma cultura primitiva que enxergava o lucro com estranheza. Nesse contexto, o cultivo de açúcar se iniciou no Suriname, em 1667 haviam menos de 180 plantações de açúcar, em 1795 o número subiu para 591(JANSSEN, 2011, p.5).

Todavia, o desenvolvimento da colônia, se comparado a outros domínios holandeses da época, era baixo, segundo Janssen (2011, p. 5) existem alguns motivos: (1) a produção da colônia estava em desvantagem no mercado holandês, pois não tinham proteção no mercado metropolitano e competiam com produtos franceses e britânicos; (2) a falta de imigrantes, na colônia, principalmente por que a metrópole se encontrava estável politicamente, socialmente, ainda a WIC possui um grande número de soldados e marinheiro, atraindo poucos

migrantes;(3) a falta de investimentos da Metrópole, pois estavam pouco interessados em investir em suas terras além-mar, o que era um problema, pois a administração local não tinha como alocar recursos para seu desenvolvimento; (4) após aos acontecimentos da revolução Norte Americana e das Guerras Napoleônicas, a metrópole, estagnada economicamente, investiu cada vez menos na produção agrícola, dificultando a expansão das plantações.

Deste modo, no início do século XIX o declínio da econômica da colônia foi inevitável e notou-se, sobretudo, com a queda no número de propriedades agrícolas ativas, de 1816 a 1832 mais de 80 fazendas encerraram suas atividades, o que conseqüentemente levou muitos a saírem da área rural em destino as zonas urbanas. Em uma economia baseada exclusivamente na agricultura esse fluxo de pessoas acentuava ainda mais tal declínio (VAN LIER, 2005, p. 48). Em síntese, segundo Cavlak (2016, p. 32) “os momentos de prosperidade eram interrompidos por frequentes crises, demoras na melhoria de infraestrutura, guerras na Europa e pirataria nos mares.”, muitas dessas crises envolviam os conflitos étnicos, uma vez que já mencionado, o Suriname era uma “colcha de retalhos” formada de diferentes culturas.

Com a abolição da escravidão em 1863, os esforços holandeses de desenvolver o Suriname como uma colônia comercial tomaram outro rumo, ainda que os escravos tenham sido forçados a trabalhar nas plantações mais uma década recebendo salários baixos, em 1873 muitos deles começaram a deixar as zonas rurais em busca de empregos nas zonas urbanas, principalmente na indústria de minério que estava em crescimento nesse período (JANSSEN, 2011, p. 6).

A partir do século XIX a sociedade do Suriname passou a ocupar as zonas urbanas devido ao declínio das *plantations*, uma vez que os custos da mão de obra só aumentavam e as metrópoles passaram a empreender nos imensos impérios colônias na África e Ásia. Deste modo, a tradicional produção de açúcar, café começaram a ser substituídas pelas exportações de arroz, bananas e cítricos e, não menos, a exploração e exportação de bauxita que subsidiou a fabricação de alumínio usado na Primeira Guerra Mundial, de modo que 75% das exportações Norte Americanas de bauxita eram provenientes do Suriname através da empresa ALCOA (VISENTINI, 2008, p. 3).

O processo de independência do Suriname aconteceu sob o governo de Johan Ferrier na Holanda, o mesmo anunciou em um de seus discursos em 1973 que iniciaria o processo de independência do Suriname e das Antilhas holandesas, em 1975 a câmara dos deputados aceitou a independência do Suriname com 106 contra 5 votos, enquanto o senado em 53 votos a favor contra 11 (JASSEN, 2011, p. 23).

## **2 – AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E SURINAME: DE GEISEL À DILMA ROUSSEFF**

As relações entre Brasil e Suriname tiveram início no ano da independência do país, em nota publica o Itamaraty divulgou que os governos da república federativa do Brasil e do Suriname concordaram nesta data em estabelecer relações diplomáticas em nível de embaixada, demonstrando de iniciar e ampliar as relações de amizade e cooperação entre os dois países (RPEB, 1975, p. 132). Porém, foi entre 21 e 25 de julho de 1976 que as relações entre os dois países tomaram corpo com a visita ao Brasil do Primeiro Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros do Suriname Henck Alfonsus Eugene Arron, essa foi à primeira vista oficial do Chefe de governo do Suriname ao exterior desde que o país conquistou sua independência. Na ocasião Henck Arron e o Chanceler Brasileiro Azeredo da Silveira dialogaram sobre questões relacionadas ao processo de colaboração bilateral, os principais assuntos em pauta foram nos campos Cultura, dos Transportes, das telecomunicações, do desenvolvimento regional e das cooperações econômica, científica e técnica (RPEB, 1976, p. 38).

A visita do Primeiro Ministro Surinamês possibilitou não somente o diálogo, mas formatizou documentos acerca da Cooperação entre os países, foram estabelecidos o Tratado de Amizade Cooperação e Comércio, o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica e o Convênio de intercâmbio cultural, a visita resultou ainda na criação de uma Comissão Mista Brasil-Suriname com o fim de aprofundar os processos de intercâmbio Bilateral e Cooperação Técnica e Científica (RPEB, 1976, p. 38).

Até a década de 1960 as ações brasileiras eram resumidas a um sistema bipolar, o Brasil encontrava-se afiliado ao modelo político e econômico ditado pelos Estados Unidos (MENDONÇA, MYAMOTO, 2011, p. 12). No período que foi de 1968 a 1974 aonde o país foi governado por Castelo Branco, o modelo político foi orientado na lógica da Guerra fria, diante da ameaça de expansão do comunismo, a lógica das “fronteiras ideológicas”, a política externa, por sua vez, foi pautado no princípio de que para a preservação da independência nacional era necessário à aceitação de um grau de interdependência econômica, política e militar com os Estados Unidos, ou seja, a política externa brasileira nesse período era balizada pelos Norte Americanos, rompendo com a política externa independente (FERNANDES, 2010, p. 158), segundo Mendonça e Miyamoto (2011, p.12) “Entendido como um plano geral de política externa, esse estilo de conduta da Chancelaria brasileira teve nos Estados Unidos um dos fatores chave para sua própria definição.”.

Contudo, o princípio das “fronteiras ideológicas” foi abandonado pelo Brasil, devido ao fracasso na tentativa de criação da Força interamericana de Paz que foi uma iniciativa de Juan Carlo Onganía, general do exército argentino, visando a ação unificada dos exércitos Brasileiro e Argentino na construção de uma proteção militar contra o comunismo, entretanto, as próprias Forças Armadas Brasileiras eram contrárias a essa iniciativa, pois acreditavam que sua ação ficaria restrita a ordem interna do país e consequentemente ao Estados Unidos, assim, com o início do governo do presidente Costa e Silva a política externa brasileira ganhou um viés diferente, deixando a ideia das “fronteiras ideológicas” passando em um política externa pautada no interesse nacional (FERNANDES, 2010, p. 161). Juntamente com a nova orientação da política externa e o colapso do acordo de Bretton Woods em 1971 e a crise do petróleo em 1973, Ernesto Geisel, presidente que assumiu o posto em 1974, fundamentou a política externa brasileira em duas diretrizes segundo Urt (2010 p. 76): “assegurar o fornecimento de petróleo e garantir mercados de exportação para os produtos brasileiros.”.

Na década de 70 o Brasil passava por um processo de desenvolvimento econômica acelerado e um aumento das fontes de fluxos comerciais financeiros e segundo Lessa (1995, p. 25):

“... a Política Externa de Geisel tinha, em 1974, a necessidade de diversificar os contatos internacionais, de molde a não apenas compensar com exportações os crescentes *deficits* da balança de pagamentos, como superar, pela abertura de novos mercados, a retração de clientes tradicionais no mundo dos industrializados – então empenhados em superar a crise de fornecimento do petróleo.”

A política externa de Geisel em prol de maior autonomia brasileira desprendimento da influência política norte-americana passou a diversificar a agenda política das relações do país, evidenciando um perfil mais atuante nas relações com países como a África, países do Oriente médio, América Latina e Europa Ocidental sempre mantendo preferencialmente as relações bilaterais; foram estabelecidos princípios pragmáticos na busca da consecução dos interesses nacionais prioritários, essa forma de se pensar a política externa brasileira é expressa por Mendonça e Miyamoto (2011) como “pragmatismo responsável ecumênico”, Segundo os autores:

“O pragmatismo responsável e ecumênico teve como princípio fundamental o fim dos apriorismos na política externa brasileira. Responsabilidade significava o compromisso de fidelidade com os interesses nacionais do país, com objetivos de longo prazo. Ecumenismo se referia à estratégia brasileira de buscar múltiplos polos de aproximação, tentando afastar-se dos tradicionais vínculos, bastante estreitos, que o Brasil mantinha com os Estados Unidos.” (MENDONÇA; MIYAMOTO, 2011, p. 14).

Assim, Geisel libertou a política externa brasileira das “fronteiras ideológicas” dando maior autonomia aos processos políticos, criando um leque de interações e fazendo com que o Brasil iniciasse um processo de parcerias com os países da América Latina, nesse período também ocorreu a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), aproximando ainda mais as relações entre os países Sul – Americanos, deste modo, foi possível que o Brasil se aproximasse do Suriname reconhecendo sua independência em 1975.

## **2.1 - O golpe dos militares de 1980 no Suriname e a missão Venturini**

Mesmo após a independência em 1975, o Suriname manteve fortes relações políticas com sua antiga Metrópole, o que de certa forma é esperado depois de anos sob o controle desse país, e não menos, ainda possuíam fortes laços sócio culturais (JANSSEN, 2011, p. 25). O fato do processo de independência da antiga colônia ter sido pacífico contribuiu para que as relações fossem mantidas harmoniosamente, e não menos, após a saída dos holandeses foi deixado um acordo de quase 1,5 bilhão, aonde seriam aplicados 100 milhões durante 15 anos, contudo os golpes militares de 1980 e 1990 implicaram na suspensão dos recursos (AVILA, 2011, p. 46).

O campo político organizava-se como uma democracia parlamentar que combinava diversas características, uma delas era o *Apanjaht*, eu definia o sistema de partidos baseado em identificação étnica, no Suriname os principais partidos políticos estavam ligados aos crioulos, hindustanis e javaneses que juntos detinham 80% dos votos totais do país (URT, 2010, p.71). O Partido Nacional do Suriname (*Nationale Partij Suriname* ou NPS) identificado por crioulos e liderado por Henck Arron e o Partido Unido Reformado (*Voovitstrevende Hervormings Partij* ou VHP) identificado por Hindustanis dirigido por Lagemath Lachmon eram os maiores partidos da política Surinamesa (AVILA, 2011, p. 47). Apesar de partidos representados por grupos étnicos distintos, existiu uma cooperação considerável entre NPS e VHP, ambos configuraram governos de coalizão entre 1958 e 1966 antes da independência, isso se deu por não existir de fato um grupo que possui um número de representantes no povo que fosse desproporcional, desequilibrando a representatividade, deste modo possibilitando coalizões (SINGH, 2008, p. 72).

De 1975 a 1980 o Suriname foi comandado pelo Primeiro Ministro Henck Arron, o novo país tinha como objetivos de sua política externa maior integração com o continente e, ainda, buscava maior autonomia principalmente em relação a sua antiga metrópole. O que de certa forma falhou, sobretudo devido aos problemas internos pelo qual o país passava, alegações de corrupção envolvendo grande parte dos ministérios e autoridades públicas, a

fragilidade que cercava o sistema democrático após escândalos em torno das eleições gerais de 31 de outubro de 1977, o problema apresentado pelo fenômeno do “*Apanjathsmo*” o qual estava resultando na ideia de “nós contra eles” comprometendo o desenvolvimento de uma identidade nacional do país, essa instabilidade política seria em 1980 o palco para um golpe militar (JANSSEN, 2011, p. 55).

Uma nova faceta nas relações entre Brasil e Suriname surgiria através da visita de uma comissão brasileira ao Suriname entre 1980 e 1983, que visou intensificar as relações bilaterais oferecendo assistência política, militar e econômica. (AVILA, 2011, p. 7). A missão, que ficou conhecida como *Missão Venturini*, tinha como principal objetivo oferecer ajuda ao regime de Desiré Delano Bouterse estabelecido na manhã de 25 de fevereiro de 1980, o sargento-major acompanhado de 16 oficiais iniciou um golpe contra o governador eleito Henck Arron e em questão de horas Bouterse obteve a rendição da base do exército, polícia e o governo (SINGH, 2007, p. 77).

Com a independência pacífica e negociada em 1975 a preocupação do país estava focada em suas próximas eleições e em como inexistir os quase 1,5 bilhão de dólares doados de sua antiga metrópole, o que se tornou a principal motivação de disputas entre o NPS e VHP. Em 1977 ocorreram as primeiras eleições do país com a vitória de Henck Arron, e as tensões aumentaram acerca da utilização do fundo holandês, as sessões no parlamento se tornavam cada vez mais tensas, membros da oposição foram expulsos do parlamento, contudo em 1979 a situação chegou ao auge com a substituição de um membro do NPS no parlamento fora das normas processuais levando o VHP a acusar o governo de Arron de fascista e ditatorial. Deste modo, foi mediante tal situação que o golpe dos militares ocorreu no Suriname (SINGH 2007, p. 78).

Outro fator a se considerar era a condição dos militares do Suriname, as tropas do país chamadas de *Tropenmacht in Suriname* (TRIS) não seguiam um modelo de Forças Armadas e era composta por uma mistura de colonos e nativos, sua principal função era a patrulha marítima e a segurança das fronteiras, o número de homens era reduzido se comparado a outras forças militares, essa condição se deu devido ao temor dos Holandeses quanto a uma Força Armada forte que pudesse comprometer o processo de independência (CORREA, 2015, p. 114).

Na prática esse modelo de força militar não foi exitoso, sobretudo quando foram inseridos na região de disputa territorial com a Guiana Inglesa, segundo Singh (2007, p. 79) os soldados surinameses foram expulsos pelas Forças Armadas da Guiana apresentando um problema de Segurança de caráter externo para o Suriname. Ainda segundo Singh (2007, p.

78) o governo de Henck Arron não deu a devida atenção aos problemas de segurança pelo qual o país passava, principalmente as reivindicações dos oficiais não-comissionados ou *Non-Comissioned Officers* (NCO's), isso teve como resultado a insatisfação dessa classe que compunha a proporção de 15:1 oficiais comissionados, que mais tarde seriam os protagonistas do Golpe de 1980.

Diante a insatisfação da classe de NCO's Correa (2015, p.115) destaca algumas das principais motivações para que em 1980 ocorresse o Golpe no Suriname como: (1) a grande diferença de salários entre os oficiais e não oficiais, principalmente os que foram treinados na Holanda, pois ganhavam muito mais que seus subordinados; (2) os militares não possuíam uma organização que representasse a classe, contudo isso era uma pratica comum na Holanda, agravando mais a situação o presidente Arron se apresentava resistente a ideia de um sindicato dos militares; (3) a questão da pequena importância que foi dada aos militares nesse período, pois estavam limitados ao patrulhamento da fronteira e a participam em atos públicos como paradas. Em síntese, o governo de Arron, não se atentando as reivindicações, principalmente dos soldados não comissionados, apenas agravou a insatisfação desse grupo resultando no golpe.

No âmbito internacional o Golpe de 1980 causou certa preocupação, pois não existira uma ideologia claramente estabelecida e assim foi justificado no combate a corrupção administrativa, uma postura de maior autonomia frente à Holanda e reivindicações classistas, salarias e profissionais (AVILA. 2011 p.8). O caráter não ideológico do golpe dos militares se dava principalmente por não obter característica revolucionarias e tão menos reacionárias, não se fez a partir de preocupações relacionadas à Guerra Fria, não seguiu logicas de alinhamento aos Estados Unidos ou a União Soviética, foi motivada principalmente por questões internas e, por conseguinte o caráter não ideológico não era claro ou evidente para a comunidade internacional, desta forma os Estados Unidos conceberam as revoltas constitucionais no Suriname como um fator de instabilidade na América do Sul (URT, 2010, p. 71-72).

Esse olhar inseguro quanto ao futuro do Suriname não só veio por parte dos Estados Unidos, mas também de outros países da Europa, levou os mesmos a acreditarem em um possível “movimento à esquerda” do Suriname, pois em algumas ocasiões Desirè Bouterse afirmou que transformaria o país em socialista e revolucionário, e conduziu as relações externas do país para nações de esquerda latino-americanas, deixando de lado as relações com a antiga metrópole, os Países baixos e os Estados Unidos (URT, 2010, p. 73).

Desta forma, criou-se um sentimento de insegurança com relação à posição do Suriname, levando a Holanda suspender a ajuda financeira ao país em oposição à Desiré

Bouterse, os Estados Unidos se mantiveram neutros dando espaço para atuação de outros países como o Brasil, pois ao ver dos Norte americano os interesses brasileiros serviriam para representar seus interesses também (URT, 2010, p. 74).

Por conta dos temores das possíveis mudanças políticas no Suriname com relação à esquerda, o Brasil entre os dias 15 e 17 de abril 1983 enviou uma missão diplomática chefiada pelo general Danilo Venturini, missão esse idealizada pelos Estados Unidos, pois o mesmo pretendia fazer uma intervenção militar no Suriname, todavia, optou-se pela atuação brasileira (URT, 2010, p. 81). Ávila (2009, p. 48) afirma que a missão Venturini teve o objeto de cooptar o regime de Bouterse. Em troca de generosa cooperação econômica, financeira e militar brasileira, o Suriname deveria abandonar a órbita cubana e aproximar-se do Brasil e de outros países do bloco ocidental. Dentre eles também foi oferecido programas de treinamento militar e bolsas de estudo nas universidades brasileiras da Amazônia a missão teve êxito e Bouterse decidiu reformular o programa de governo do país retirando o “tom socializante”.

## **2.2 – O governo de José Sarney**

Foi durante os anos de 1985 a 1990 que vigorou o mandato do presidente José Sarney, não menos que se deu início ao processo de redemocratização brasileiro, deste modo, a política externa desse período foi formulada sob a transição de um regime ditatorial para um modelo democrático, ou seja, com o predomínio do poder civil, em termos de modelo econômico caminhava para um modelo neoliberal (PRADO; MYAMOTO, 2010).

Contudo, a mudança de regime não trouxe ruptura na abordagem da política externa nesse período, sobre tudo com relação ao modelo de inserção internacional. O modelo continuava a ser o “desenvolvimentista de caráter autônomo”, contudo, a bipolaridade da Guerra da Fria impedia manobras internacionais independentes que buscassem novos caminhos. Outro fator que dificultou atuações internacionais mais incisivas foram as dificuldades econômicas externas, a crise da dívida, inflação, quedas dos preços internacionais de matéria prima. Esses e outros fatores contribuíram para que a década de 80 fosse chamada de a “década perdida” (BARRETO, 2012, p. 3).

O presidente José Sarney visitou o Suriname no dia 2 de março de 1989 e em resposta a aproximação, o presidente surinamês Ramsewak Shankar veio ao Brasil no dia 9 de agosto do mesmo ano. O diálogo entre os presidentes resultou na assinatura de tratados de cooperação bilateral, como na área da cooperação técnica relacionada a agricultura, apicultura, saúde, formação profissional, energia, telecomunicações, cooperação comercial e no combate ao narcotráfico (RPEB, 1989, p.9).

Alguns aspectos a se destacar com relação à cooperação técnica e profissional é a formação de diplomatas do Suriname no Instituto Rio Branco do Ministério de Relações Exteriores e a formação de oficiais do exército surinamês nos institutos de ensino das forças armadas brasileiras, em 1991 informações provenientes da embaixada brasileira em Paramaribo afirmavam que cerca de 60% dos oficiais do exército surinamês tinham realizado curso de aperfeiçoamento em institutos militares brasileiros, em função disso, afirma-se que o fim primordial da cooperação militar Brasil Suriname é fomentar a profissionalização de oficiais do Suriname, assim difundindo as doutrinas militares brasileiras no país (ÁVILA, 2009, p. 51).

A visita do presidente Sarney á Paramaribo em 1989 serviu para estreitar as relações já existentes fortalecendo os tratados de cooperação bilateral e abrindo caminho para outros tratados em matérias distintas, dando ênfase ao espírito cordial e amigável no qual as relações foram estabelecidas, nessa ocasião os presidentes concordaram que encontros regulares deveriam ser promovidos em nível de ministros das relações exteriores e secretários gerais de ambos os países (RPEB, 1989, p. 9).

Entre 30 e 31 de janeiro de 1991 foi realizada a missão Reis, nome dado devida a missão ser liderada pelo embaixador brasileiro Fernando Guimarães Reis, a mesma foi autorizada pelo presidente Fernando Collor com o objetivo de iniciar um diálogo com o então governando surinamês Interregno Kraag, pois o mesmo subiu ao poder após o golpe natalino, para a manutenção das relações diplomáticas entre os países, para isso a delegação brasileira entrou em contato com as autoridades do Suriname para estabelecer dialogo, como por exemplo, Desiré Bouterse, que ainda possuía muita influência política no país durante o governo de Kraag. Por fim, a missão Reis teve papel importante também na recomposição do regime democrático no Suriname, garantindo à presença de observadores estrangeiros nas eleições de 25 de maio de 1991 (AVILA, 2009, p. 55), em nota à imprensa em 1991 o ministério das relações exteriores congratula e o pleito de 25 de maio, assegurando que o pleito foi uma demonstração de aperfeiçoamento do processo democrático no país e finaliza reiterando a determinação de manter o vínculo de amizade que une os dois países (RPEB, 1991, p. 281).

### **2.3 O governo de Fernando Henrique Cardoso**

Em janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso assume a presidência, esse apresenta-se como o auge do modelo neoliberal brasileiro, com a globalização o país passaria a ter maior atuação internacional principalmente através da abertura comercial e dos fluxos do comercio internacional. Na política externa entre as prioridades do novo governo estavam:

“... integração regional, aprofundando o Mercosul; estímulo à estratégia de diversificação de parceiros nas relações bilaterais; ação junto às organizações econômicas multilaterais, em especial à OMC, e concentrar esforços para elevar a posição de potência internacional do Brasil, tornando-se um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, usando, para tanto, de argumentos como tamanho territorial, contingente populacional e seu *status* na organização.” (VISENTINI, 2005, p. 382)

A política externa de FHC buscou uma nova lógica, rompendo com a *autonomia pela distância* que vigorava desde o período da Guerra Fria buscando uma agenda voltada para ideia da *autonomia pela integração ou participação*, o país passou a ter mais controle sobre suas questões internas através da elaboração de ações de conduta de ordem mundial, principalmente na área diplomática. No ambiente internacional a perspectiva institucionalista se tornou atrativa para nova estratégia brasileira, uma vez que promovia respeito as regras do jogo internacional, inclusive pelos países mais poderosos. Já em um cenário regional a perspectiva era diferente, a relação de poder era favorável para uma atuação de *global player* (VIGEVANI, 2003, p. 32).

No dia 10 de janeiro de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso ofereceu um jantar em Brasília ao presidente do Suriname Runaldo Ronald Venetiann, dentre os temas que são de pauta da cooperação bilateral entre os dois países, os que tiveram maior enfoque foram o da cooperação sub-regional e o desenvolvimento sustentável da região amazônica, integração regional, econômica e o intercâmbio militar entre os dois países. Em seu discurso Fernando Henrique Cardoso destacou essas questões dando ênfase na condição de país amazônico que é comum ao Brasil e Suriname:

“Este é o momento ideal para relançarmos nossa já tradicional parceria sobre as bases dos valores que partilhamos da vizinhança e da nossa condição de países sul-americanos e amazônicos [...] Somos países amazônicos comprometidos com o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. [...] por isso temos trabalhado juntos para canalizar o interesse internacional na Amazônia em iniciativas concretas de cooperação que efetivamente promovam seu desenvolvimento de acordo com as aspirações de nossos povos.”. (RPEB, 1996, p. 11).

No que se refere à integração regional e econômica o presidente Fernando Henrique Cardoso colocou que:

“Nossos países estão buscando, com o esforço de profundas reformas internas, uma maior participação nos fluxos internacionais de comércio, tecnologias e investimentos. O crescimento de nossas economias cria oportunidades para uma cooperação bilateral mais intensa em diversos setores. Somos também países sul-americanos que assistem a um amplo movimento integracionista em nossa região.” (RPEB, 1996, p. 11).

Com relação à Integração o Presidente Venetiaan discorreu sobre as recentes iniciativas desenvolvidas pelo Governo do Suriname para participar do processo de integração regional. O Presidente Venetiaan mencionou que o Suriname é membro pleno da Comunidade

Caribenha e membro fundador da Associação dos Estados Caribenhos. Venetiaan expressou que seu Governo estava muito interessado em cooperar com os países sul-americanos com vistas a fomentar uma crescente articulação e convergência dos vários mecanismos de integração nos planos regional e sub-regional. Por fim com relação ao intercambio militar, os presidentes concordaram em realizar um Ajuste Complementar ao Tratado de Cooperação e Amizade no Campo do intercambio Militar buscando dinamizar a colaboração entre as Forças Armadas de ambos os países.

A abordagem diplomática de Fernando Henrique Cardoso tinha como objetivos segundo Visentini (2005, p. 382) a integração regional, maior participação e densidade com o MERCOSUL e a OMC; diversificação de parceiros nas relações bilaterais; elevar a posição de potência internacional do Brasil através da tentativa de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, com base em argumentos como tamanho territorial, contingente populacional e seu *status* na organização.

#### **2.4 O governo Lula da Silva**

O governo de Lula da Silva trouxe algumas mudanças na Política Externa significativas se comparada ao mandato anterior, uma diplomacia presidencial intensa, uma postura mais assertiva, dando ênfase na defesa da soberania e dos interesses nacionais, e ainda, buscou alianças privilegiadas na América do Sul. E de fato, deu continuidade a uma visão de maior inserção internacional já vista no governo FHC, contudo, segundo Almeida (2004, p 163) as diferenças se encontram na abordagem conceituais e práticas.

Segundo Visentini (2005, p. 389), o projeto interno de Lula teve um grande impacto na formulação da sua política externa, uma vez que as propostas sociais vão ao encontro da agenda que busca corrigir as desigualdades e distorções causadas pela globalização contratada apenas em comércio e investimentos livres. Segundo Almeida (2004, p. 172) esses novos conceitos que estavam baseados nas orientações político-ideológicas do governo foram positivos também na abordagem regional. No governo FHC o continente Sul-Americano era visto como estratégico, todavia, poucas iniciativas foram tomadas para impulsionar tal relação, em contraste, no governo de Lula não apenas confirmou que a região é estratégica, mas também tomou iniciativas como a retomada das negociações com o CAN e o MERCOSUL.

Essa nova política externa segundo Vigevani e Cepaluni (2007, p. 238) é definida pela ideia da *autonomia pela diversificação* aonde, ocorreu uma adesão das normas internacionais através de alianças Sul-Sul, principalmente regionais e com países do continente africano, as antigas parcerias foram mantidas (China, Ásia – Pacífico, Europa Oriental, Oriente médio).

No período do governo de Lula da Silva o primeiro contato entre Brasil e Suriname ocorreu no dia 21 de dezembro de 2004, data no qual o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim fez uma visita oficial ao país, tal visita se deu com o objetivo de preparar a visita do presidente Lula da Silva que ocorreria no ano de 2005 na XVI Reunião de Cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM), foi também durante a visita de Celso Amorim que foram assinados o Tratado Sobre Extradicação e o Acordo de Regularização Migratória (RPEB, 2004, p. 495).

No dia 22 de abril de 2008 foi assinado um tratado de cooperação em matéria de defesa, o tratado tem como objetivos principais a promoção de Cooperação na área de Defesa com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar e exercícios correspondentes ao intercâmbio de informações. O tratado garantiu principalmente o intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares de ambos os países.

Se tratando de medidas tomadas entre os dois governos do presidente Lula da Silva, nesse período pode-se ressaltar também a visita oficial ao Brasil no dia 10 de setembro de 2009 da Chanceler Surinamesa Lygia Kraag-Keteldijk, dentre os projetos conjuntos acordados na visita destacam-se as iniciativas de cooperação técnica, com a assinatura de 10 Ajustes Complementares durante a visita. A delegação do Suriname incluirá representantes dos Ministérios da Agricultura, da Justiça e de Obras Públicas, além da Companhia estatal de petróleo, Statoil, que manterão encontros de trabalho nos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dos Transportes, da Justiça e na EMBRAPA (RPEB, 2009, p. 317).

Contudo, não podemos destacar as mudanças ocorridas nesse período na abordagem da Política Externa Brasileira, essas mudanças foram decisivas tanto para a maior aproximação entre Brasil e Suriname, quanto para a formação e consolidação da UNASUL e mais especificamente para a institucionalização do Conselho de Defesa Sul-Americano.

## **2.5 O governo de Dilma Rousseff**

Após dois mandatos do presidente Lula da Silva (2003 a 2010), em 2011 Dilma Rousseff, também candidata pelo Partido dos Trabalhadores, foi eleita presidente do Brasil. O fato de possuírem o mesmo posicionamento ideológico uma vez que eram do mesmo partido levou muitos a pensarem que ocorreria um seguimento do modelo de política externa que fora desenvolvido nos dois mandatos de Lula da Silva.

Contudo, Cervo e Lessa (2014) com o artigo intitulado *O declínio: Inserção Internacional do Brasil (2011-2014)* apresenta argumentos apontando um declínio, pois até

2010 o Brasil era considerado internacionalmente uma potência emergente, entretanto, os autores apontam problemas internos que dificultaram a manutenção desse status. Segundo Cervo e Lessa (2014, p. 134) não foram trazidos novos conceitos para a política externa e, ainda, não ocorreu um forte diálogo com a sociedade, assim, os autores elencam dois pontos que foram definitivos no declínio internacional do Brasil durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff:

(1) não formulou uma política de comércio exterior, o que de fato era necessário dada a complexidade sistêmica das economias internacionalizadas se fazia necessário uma formulação conjunta com empresários de novas estratégias para garantir a competitividade nesse meio.

(2) a dificuldade em manter um paradigma logístico, que por sua vez é entendido como a colaboração entre Estado e agentes não governamentais dinâmicos da sociedade, os mesmos recebem poder e responsabilidades do Estado para atuarem tanto na área interna quanto externa.

Em resumo os autores afirmam que as causas do declínio internacional se encontram em na baixa inovação e baixa competitividade dois sistemas produtivos nacionais. No que se refere as relações com o continente Sul Americano Cornetet (2014, p. 126) afirma que o enfoque do governo Lula na América do Sul e África permanece o mesmo, contudo, ocorreu uma redução no número de visitas presidenciais a esses países com exceção da Argentina. Segundo Zeni (2016, p. 11) Lula fez em seus dois mandatos respectivamente 38 e 45 viagens pela América do Sul enquanto Dilma no seu primeiro mandato fez 24 viagens pelo continente. Na relação com o Suriname durante o primeiro governo Dilma vale citar a VII Reunião de Cúpula da UNASUL sediada em Paramaribo.

## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NAS RELAÇÕES BRASIL E SURINAME

<b>1976</b>	visita ao Brasil do Primeiro Ministro do Suriname Henck Arron relacionadas ao processo de colaboração bilateral, os principais assuntos em pauta foram nos campos Cultura, dos Transportes, das telecomunicações, do desenvolvimento regional e das cooperações econômica, científica e técnica (RPEB, 1976, p. 38).
<b>1980</b>	Golpe dos militares no Suriname comandado pelo general Desiré Bouterse na manhã do dia 25 de fevereiro (SINGH, 2007, p. 77).
<b>1983</b>	“Missão Venturini”, missão diplomática chefiada pelo general brasileiro Danilo Venturini que teve como objeto de cooptar o regime de Bouterse, em troca de generosa cooperação econômica, financeira e militar brasileira, o Suriname deveria abandonar a órbita cubana e aproximar-se do Brasil e de outros países do bloco ocidental. (ÁVILA, 2009, p. 48)
<b>1989</b>	Visita do presidente José Sarney ao Suriname no dia 2 de março (RPEB, 1989, p.9).
<b>1989</b>	Visita ao Brasil do presidente surinamês Ramsewak Shankar no dia 9 de agosto O diálogo entre os presidentes resultou na assinatura de tratados de cooperação bilateral, como na área da cooperação técnica relacionada a agricultura, apicultura, saúde, formação profissional, energia, telecomunicações, cooperação comercial e no combate ao narcotráfico (RPEB, 1989, p.9).
<b>1991</b>	Missão Reis, nome dado devida a missão ser liderada pelo embaixador brasileiro Fernando Guimarães Reis com o objetivo de iniciar um diálogo com o então governando surinamês Interregno Kraag, pois o mesmo subiu ao poder após um golpe (AVILA, 2009, p. 55).
<b>1996</b>	Visita ao Brasil do presidente surinamês Ronaldo Ronald Venetiann dentre os temas que são de pauta da cooperação bilateral entre os dois países, os que tiveram maior enfoque foram o da cooperação sub-regional e o desenvolvimento sustentável da região amazônica, integração regional, econômica e o intercambio militar entre os dois países RPEB, 1996, p. 11).
<b>2004</b>	Visita do ministro das relações exores do Brasil Celso Amorim ao Suriname com o objetivo de preparar a visita do presidente Lula da Silva que ocorreria no ano de 2005 na XVI Reunião de Cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM), foi também durante a visita de Celso Amorim que foram assinados o Tratado Sobre Extradicação e o Acordo de Regularização Migratória (RPEB, 2004, p. 495).
<b>2008</b>	Assinatura do tratado de cooperação em matéria de defesa brasil e Suriname, o tratado tem como objetivos principais a promoção de Cooperação na área de Defesa como logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar e exercícios correspondentes ao intercâmbio de informações.
<b>2009</b>	Visita oficial ao Brasil no da Chanceler Surinamesa Lygia Kraag-Keteldijk, dentre os projetos conjuntos acordados na visita destacam-se as iniciativas de cooperação técnica, com a assinatura de 10 Ajustes Complementares durante a visita. (RPEB, 2009, p. 317).
<b>2013</b>	Participação do governo brasileiro na VII Reunião de Cúpula da UNASUL sediada em Paramaribo.

Organizado pelo autor

### 3. COOPERAÇÃO MILITAR BRASIL E SURINAME

#### 3.1 Cooperação Militar e a Diplomacia militar no Pós-Guerra Fria

As dinâmicas impostas pelas disputas ideológicas da Guerra fria foram decisivas para a configuração da nova ordem mundial, no que se refere à segurança internacional, vários debates e discussões emergiram e foram reformulados. O período regido pela bipolaridade foi marcado pelo estabelecimento de alianças promovidas por Estados Unidos e a então União Soviética como forma de propagar suas correntes ideológicas, já nessa conjuntura, muitas ajudas e processos de cooperação militar foram oferecidos e estabelecidas entre as grandes potencias e outros Estados com menor poder, com o fim da Guerra Fria e o período pacífico - não mais aquele que muitos chamam de paz negativa - que fora estabelecido, os processos de cooperação militar tomaram outro rumo.

Segundo Cottey e Foster (2004, p.8) a partir de 1991 um processo de atividades cooperativas pacíficas no âmbito das relações militares entre os países tornou-se mais visível no mundo; na Europa, membros da OTAN do lado ocidental europeu começaram a realizar exercícios militares em conjunto com seus antigos inimigos da Europa oriental como forma de promover assistência a esses Estados para a reforma de suas forças armadas, contudo, Winger (2014, p. 2) descreve que esse processo possuía um interesse estratégico, o autor discorre que os governos da parte ocidental temiam o modelo soviético de Forças Armadas que ainda era utilizado pelos países que formaram o Pacto de Varsóvia, pois acreditavam que isto poderia ser um obstáculo para a instauração da democracia nessa região, deste modo, os países da Europa ocidental se utilizaram de suas forças Armadas para ajudar na reconstrução das instituições militares dos países do antigo Pacto de Varsóvia através de atividades pacíficas como intercambio de oficiais programas educacionais e treinamentos em conjunto. Esses esforços fortaleceram a ideia do uso das forças armadas de um Estado como uma ferramenta de poder pacífico, ou seja, em períodos de ausência de guerras.

Ainda nesse período, como apontado por Cottey e Foster (2004, p. 5) outros exemplos de atuações semelhantes puderam ser percebidos em outros continentes. Na Ásia, os Estados Unidos iniciaram novos processos de cooperação militar com China e Índia, e aproximaram-se também da *Association of South East Nations* (ASEN); nas Américas ocorreu também uma aproximação militar entre Estados Unidos e América do Sul e na África governos ocidentais prestaram suporte a outros países na reforma de suas forças armadas e também no desenvolvimento de suas capacidades para a realização de missões de paz.

Antes de compreender o conceito de Diplomacia Militar é preciso primeiro definir o conceito de Diplomacia, Segundo Bobbio (1998, p. 348) diplomacia é:

“... segundo a célebre definição do *Oxford English Dictionary*, a condução das relações internacionais através de **negociações**. O método através do qual estas relações são **reguladas e mantidas** por embaixadores e encarregados; o ofício ou a arte do diplomata. O objeto da Diplomacia é, portanto, o método através do qual são conduzidas as negociações e não o conteúdo das negociações...”.

Por tanto, diplomacia deve, antes de tudo, ser compreendida como um método, este método é pacífico, exercido através de negociações entre as partes, essas partes por sua vez são representadas por embaixadores e encarregados, que na maioria das vezes são preparadas para utilização desse método, como descrito na definição de Bobbio (1998, p. 348), todavia, essa visão é comumente relacionada à figura do diplomata ou embaixador que representa seu estado, no caso da diplomacia militar, está faz parte de um processo de surgimento de novos atores exercendo esse papel, fato que discutiremos posteriormente.

Na visão de Bull (2002, p. 187) compreende-se como diplomacia a gestão das relações entre estados e outras entidades da política mundial por meios pacíficos e com o uso de agentes oficiais. A definição trazida por Bull nos demonstra o dinamismo que a diplomacia ganhou frente às mudanças do cenário internacional, ligada ao surgimento de novos atores como as entidades políticas e agentes oficiais citados pelo autor, percebe-se que o termo utilizado dá margem para o emprego de agentes além de diplomatas e embaixadores. A diplomacia presidencial ou diplomacia de cúpula é um reflexo dessas mudanças, essa prática nasce com o presidente Norte-Americano Theodore Roosevelt e consiste na participação pessoal, ativa e efetiva do presidente na concepção e na execução da política externa de um país, diferenciando-se da atuação corriqueira presidencial na política externa definida apenas por ações institucionais e protocolares (PRETO, 2006, p. 31).

Outro exemplo de diplomacia que se distancia da clássica, que envolve Estados como partes envolvidas, é a ONU e as suas missões de manutenção de paz; neste caso, vemos uma Organização Internacional que foi criada com o objetivo de evitar novas guerras através dos princípios da segurança coletiva intervindo em conflitos, através do instrumento diplomático, com suas medidas para soluções de controvérsias como a diplomacia preventiva, o *peacekeeping* e *peacebuilding*, não levando a bandeira de um país específico, mas sim de uma instituição, o que muitas vezes torna o processo mais eficiente. Assim, frente a essas mudanças na concepção de diplomacia Bull (2002, p. 187) afirma que numa época em que o papel dos embaixadores e diplomatas em geral nas relações internacionais tem diminuído

muito, interligar essa função preferencialmente aos diplomatas é de certa forma uma colocação indevida.

### **3.2. Os objetivos da cooperação/diplomacia militar**

Militares são historicamente associados ao uso da força, no sentido de que eles são um instrumento para a consecução dos objetivos de um Estado no sistema internacional através de meios bélicos, contudo, existem inúmeras maneiras de utilizar as forças armadas de forma pacífica nas relações internacionais (MUTHANNA, 2011, p. 2), a diplomacia militar é uma dessas formas, segundo Cottey e Foster (2004, p. 5) envolve o uso cooperativo das forças armadas em tempos de paz como um instrumento da política externa e de segurança. Esse uso cooperativo das forças armadas ocorre principalmente através de cooperação como citado acima, mas, englobam outras atividades como visitas, encontros, intercâmbios, negociações, participação em conferências internacionais, assinatura de tratados e troca de documentos diplomáticos; o que pode de fato diferenciá-la da diplomacia convencional, é que a condução dessas atividades é feita por militares, adidos militares e/ou ministros de defesa (RAJAGOPALAN, 2014, p. 1). Essa atividade pode ser definida tanto como Diplomacia “Militar” quanto Diplomacia de “Defesa”, segundo Muthanna (2011, p. 2), pois os termos podem indicar, no caso da palavra militar, a atuação de oficiais e altas patentes das forças armadas, e no caso da palavra defesa, representa a atuação política, como a de um ministro da defesa.

A diplomacia militar pode muitas vezes se confundir como apenas um processo de cooperação ou ajuda militar entre dois ou mais países, contudo, o que pode caracterizá-la de fato é seu objetivo, como já mencionado, esse processo tem como finalidade auxiliar na política externa ou de segurança, mas o que isso significa? Uma das primeiras literaturas a discorrer o uso das forças armadas como um instrumento da política externa após o período da Guerra Fria é o trabalho de Stephen Kaplan publicado em 1977 intitulado: *“Force without war: the United States Armed Force as a political instrument”*. Nesta obra Kaplan define este uso como:

“O uso político das forças armadas ocorre quando ações físicas são tomadas por um ou mais componentes do serviço militar como parte de uma tentativa deliberada das autoridades nacionais para influenciar, ou para estar preparado para influenciar, o comportamento específico de indivíduos em outra nação sem engajar-se em uma continuidade da violência” tradução minha (KAPLAN, 1977, p.7).

Cooperar, no sentido etimológico, significa operar em conjunto para alcançar um objetivo; para as Relações Internacionais significa governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas para alcançar benefícios ou solucionar problemas

comuns (SATO, 2010, p. 46). O objetivo principal da cooperação internacional quer seja ela na área militar ou em qualquer outra área como meio-ambiente, tecnológica, desenvolvimento ou comércio, é a obtenção de resultados desejados pelas partes, diferentemente, da diplomacia militar que tem como objetivo, não somente benefícios comuns, mas sim projetar poder, ou melhor, ter a capacidade de influenciar através dos meios militares. Não obstante, não se descarta aqui a capacidade das atividades cooperativas em exercer influência, principalmente, no que se refere à cooperação Norte-Sul. No caso da cooperação militar, está tem objetivos muito próximos da diplomacia militar, contudo, Rolfé (2015, p. 1) afirma que as duas ideias se sobrepõem, mas não são idênticas e preferencialmente a cooperação militar deve ser vista como um subcampo da diplomacia de defesa.

Ainda discorrendo sobre a cooperação militar, esta é associada tradicionalmente como um meio para contrabalanceamento de inimigos, entretanto, atualmente observa-se como meio de ajuda para construção de relações cooperativas com amigos ou potenciais inimigos, como uma espécie de engajamento estratégico. Um segundo uso para este modelo de cooperação é muito usado pelas democracias ocidentais na tentativa de instaurar os princípios do ideal democrático através do contato com as forças armadas, como uma forma, em longo prazo, de instaurar esse tipo de governo no país que recebe assistência militar. Em terceiro lugar a assistência ou cooperação militar tem sido utilizada para ajudar estados parceiros a desenvolver capacidades para realização de missões de *peacekeeping e Peace-enforcement*. (COTTEY E FOSTER, 2004, p. 8)

Em síntese, os autores afirmam que:

“A mudança chave das últimas décadas é que a cooperação de defesa tem sido usada não somente como uma duradoura vertente da *realpolitik* prestando suporte as forças armadas e segurança de aliados, mas também como um meio de alcançar de forma ampla os objetivos da política externa e de segurança.” (COTTEY E FOSTER, 2004, p.8).

Na definição trazida por Cottey e Foster (2004, p.7) sobre diplomacia militar os compreendesse que esse processo se dá através de um vasto conjunto de atividades que no passado eram descritas como cooperação militar ou assistência militar, contudo, a partir de nova ordem mundial novas atividades podem ser inseridas na aproximação entre os países (Quadro 1).

### Atividades da Cooperação Militar

**Contatos bilaterais e multilaterais entre militares de alta patente e agentes civis de defesa;**

**Designação de oficiais de defesa para outros países;**

**Acordos bilaterais de cooperação de defesa;**

**Treinamento para estrangeiros militares e civis na área de defesa;**

**Provisão de conhecimento e aconselhamento no controle democrático das forças armadas, administração de defesa e áreas técnicas militares;**

**Contatos e intercâmbio de militares e unidades militares;**

**Colocação de civis ou militares nas forças armadas e ministérios de defesa de parceiros;**

**Emprego de times de treinamento;**

**Provisão de equipamentos militares ou de socorro;**

**Exercícios bilaterais e multilaterais para fins de treinamento.**

---

COTTEY e FOSTER (2004, p. 7) tradução minha.

### 3.3 A política externa e a política de defesa

Como já discutido anteriormente, a Diplomacia Militar possui um fim político, mas quais são os objetivos e os possíveis resultados dessa forma de interação entre Estados? Na visão de Rolfe (2015, p. 3) essa interação é positiva para os envolvidos, se os fins foram estabilidade, segurança ou influência, por exemplo. Por outro lado, também pode contribuir para o início de processos cooperativos e, possivelmente, na construção de confiança entre os atores envolvidos.

Muthanna (2011, p.3) afirma que um dos principais objetivos da diplomacia militar é “servir os fins da política externa e da política de defesa”, no que se refere à amplitude de alcance dos objetivos, a Política de Defesa está inserida na Política Externa; isso por que a agenda dessas primeiras ações possui maior diversidade de assuntos. A Política Externa pode ser compreendida como os interesses do Estado em relação à comunidade internacional, esses interesses envolvem tanto questões políticas, econômicas, de defesa ou ambientais, por outro lado, a política de defesa, como o nome já nos adianta, está voltada para seus interesses na área da defesa, como a criação de estratégias, o desenvolvimento e compra de armamentos com viés defensivo, tem uma abordagem mais interna do que externa, mas pode estar inserida no âmbito internacional e, conseqüentemente, está dentro do plano da política externa.

Deste modo, afirmar que a diplomacia militar serve os objetivos tanto da política de externa quanto da política de defesa significa que ela deve ser utilizada como um instrumento

para consecução dos objetivos estratégicos do Estado. Sendo assim, quais são os objetivos estratégicos da diplomacia militar? Rolfe (2005, p. 3) destaca alguns desses objetivos: (1) a redução de hostilidades ou tensões; (2) posicionamento simbólico demonstrando interesse em trabalhar com interlocutores de confiança; (3) forças armadas competentes a partir de um mecanismo de responsabilização; (4) transparência em termos de capacidade e intenções; (5) desenvolvimento ou fortalecimento de boas relações com Estados parceiros; (6) troca de percepções; (7) construção de confiança; (8) encorajamento através de incentivos e ganhos; (9) construção de um eleitorado nacional a partir das forças armadas.

No âmbito regional ou global, a diplomacia militar cria processos cooperativos sustentáveis, construindo confiança e facilitando a prevenção de conflitos, pois proporciona transparência nas relações entre os atores (MUTHANNA, 2011, p. 3). Em meio a essas possibilidades surge também a opção da diplomacia militar como base para a diplomacia preventiva. A característica em comum mais importante é o fomento de uma relação de confiança entre os envolvidos, pois a diplomacia de defesa – ou diplomacia militar – por meio de seu processo de operacionalização destina-se a construir confiança, como já mencionado, deste modo, são criadas bases firmes de confiança para que a diplomacia preventiva possa se desenvolver ou ir além levar a construção da relação, contribuindo na prevenção de conflitos (FETIC, 2014, p. 11).

Assim, percebe-se que o uso estratégico das forças armadas, como demonstrado através da Diplomacia Militar, pode apresentar tanto ganho na política externa, como os já listados acima: construção de confiança, a diminuição de tensões e possíveis conflitos, e ainda aumenta o poder de barganha e influência. Por outro lado, na base nacional, pode servir como ferramenta para troca de informações e o melhoramento do preparo das forças armadas de um país.

### **3.4 A Cooperação militar na América do Sul e a relação Brasil e Suriname**

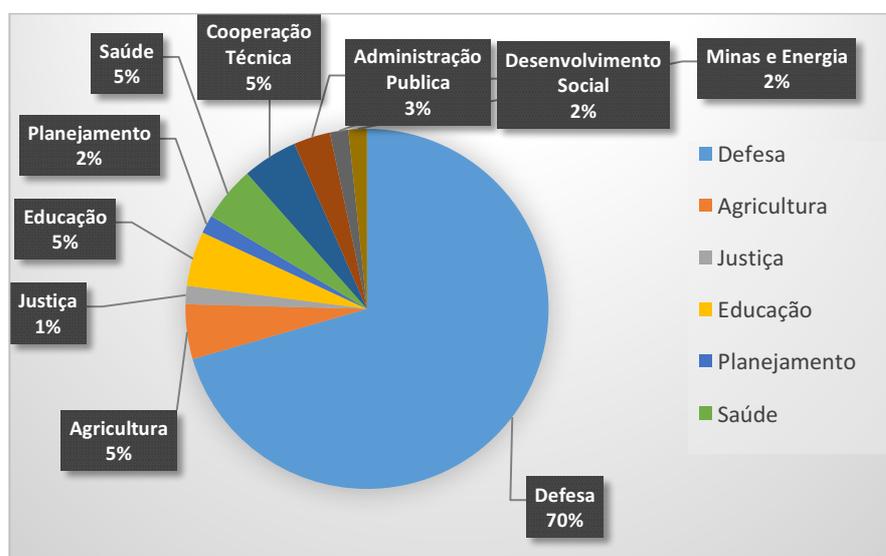
Na América do Sul a partir da criação de um pensamento regional e as instituições de coordenação regional em matéria de defesa e segurança (como o Conselho de Defesa Sul Americano da UNASUL criado em 2008) o número de acordos ligados à cooperação militar vem crescendo substancialmente dentro do continente Sul Americano, criando maior interação entre os países fazendo com que as questões militares tornem-se um aspecto importante da política exterior dos países, esse processo é discorrido no trabalho de Edgar C. Otálvora (2008, p. 2), o mesmo afirma que desde a intensificação de instituições de coordenação regional em matéria de defesa, esse tema tem se tornado crescente na agenda da região sul-americana, nesse sentido ocorre uma atividade diplomática voltada aos temas

militares o qual o autor denomina de “diplomacia militar”, a atividade dos governos é vista no campo militar desde aspectos ideológicos, doutrinários e operativos como os programas conjuntos de formação de oficiais, ou seja, aspectos simbólicos em tempos de paz e logísticos em tempos de guerra.

Em um âmbito bilateral, as relações cooperação militar entre Brasil e Suriname tiveram seu início desde a Missão Venturini já mencionada neste texto, aonde foram prestadas ajudas militares principalmente na formação de militares do Suriname em centros de formações Brasileiros, contudo, o acordo mais notável dessa relação foi assinado em 22 de abril de 2008 em Paramaribo, Suriname, o acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, com o objetivo de Brasil e Suriname Cooperarem nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa. Dentre outros objetivos do tratado estão também a partilha mento de experiências na área militar, realização de operação conjunta com o fim da manutenção da paz, promover ação conjuntas de treinamento e instrução militar.

A partir desse acordo nota-se um significativo fortalecimento nas relações militares entre Brasil e Suriname se comparado aos demais tratados, desde 2008 até 2014 segundo dados da Agencia Brasileira de Cooperação o número de projetos ligados a treinamento militar corresponde a 70% do total (Gráfico I), os cursos (ANEXO A) em sua maioria envolvem temas como: Curso de preparação para missão de paz, curso de montanhismo para sargentos, curso de aperfeiçoamento de sargentos, curso de aperfeiçoamento de oficiais de carreira de arma de infantaria, curso de operações em selva, entre curso de formação de oficiais em academias brasileiras como a Academia Militar das Agulhas Negras.

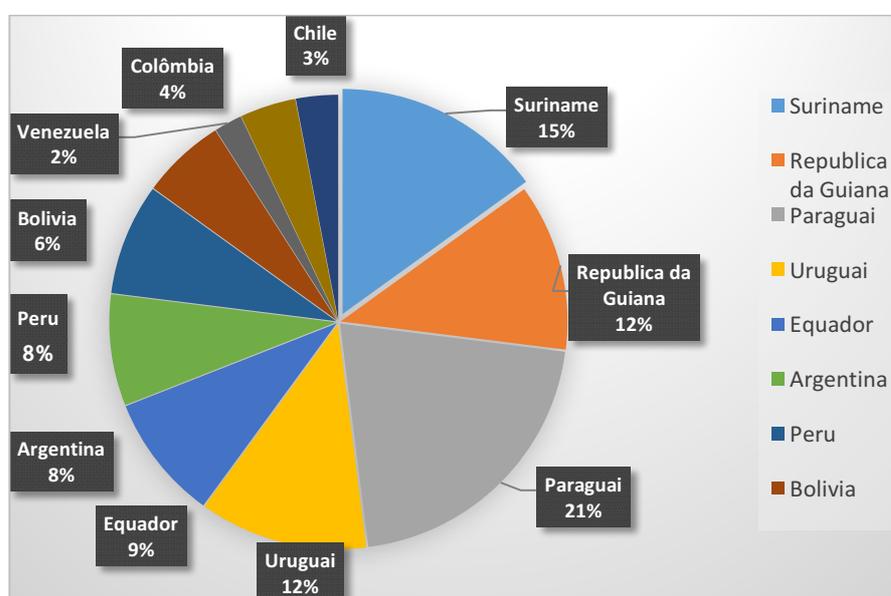
**Gráfico i - projetos de cooperação técnica entre brasil e Suriname (2008-2013)**



Elaboração do autor dados ABC (2016)

No mesmo período nota-se que o Suriname se apresenta com um certo protagonismo se comparado aos demais países da América do Sul no referente a participação de projetos de cooperação em defesa com o Brasil, ocupando o segundo país que mais participou ficando atrás apenas do Paraguai (Gráfico II). De fato, esse número expressivo tem ligação com as novas estratégias trazidas a política externa e de defesa através de documentos como a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), ambos os documentos reconhecem a importância do entorno estratégico brasileiro e, ainda, a importância da cooperação em Defesa não somente para fins de dissuasão, mas também como um instrumento de construção de confiança que possibilitaria a integração do continente.

**Gráfico ii - participação dos países sul americanos em projetos de cooperação em defesa (2008-2014)**



FONTE: OLIVEIRA (2014 p. 12)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi discorrer sobre as relações entre Brasil e Suriname entre os anos de 1975 a 2014, utilizando-se sobre tudo do histórico das relações entre os dois países levando em consideração quais abordagens na política externa foram utilizadas em cada período. Nota-se nesse histórico dois momentos pontuais: O golpe dos militares em 1980 no Suriname e conseqüentemente a Missão Venturini; e o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa em 2008. Ambos ajudaram para intensificar a Cooperação Militar entre os dois países, e não menos, a partir de dados coletados da Agência Brasileira de Cooperação observou-se que 70% dos acordos de cooperação técnica entre os dois países entre 2008 e 2014 é voltada para defesa.

Como demonstrado a Cooperação Militar pode ser utilizada como uma ferramenta da política externa visando: a interação, transparências nas relações, construção de confiança, e outros níveis a capacidade de exercer influencia e a dissuasão. Nesse caso a cooperação Brasil Suriname ocorre no âmbito do processo de integração Sul Americana, ou seja, a diplomacia militar brasileira faz parte de uma estratégia maior. Em sua visita ao Suriname em 2012 o então Ministro da Defesa Celso Amorim demonstrou o profundo interesse brasileiro em intensificar os processos de cooperação militar não somente com o Suriname, mas também com os demais países do cone norte os classificando como parceiros importantes na construção de uma comunidade de segurança na região. (DEFESANET, 2012)

A estratégia brasileira através da diplomacia militar é de fato pertinente para a integração de uma região como o Platô das Guianas, que se apresenta distinta dos demais países Sul-Americano que tem sua colonização ibero-hispânica, pois desperta o interesse pela América do Sul de países que tem suas relações voltadas para o Caribe, contudo, é uma estratégia a longo prazo e necessita da continuidade da política externa para esta região.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. In. *Revista Bras. Polít. Int.* 47 (1): 162-184 2004.

ÁVILA, Carlos Frederico Dominguez. Guerra Fria na Região Amazônica: um estudo da Missão Venturini ao Suriname (1983). *Rev. Bras. Polít. Int.* 54 (1): 7-28, 2011.

ÁVILA, Carlos Frederico Dominguez. Em Defesa da Democracia e do Interesse Nacional: O Brasil diante do Interregno Kraag no Suriname (1991). *Textos & Debates*, V. 14, 2009.

BARRETO, Vicente Costa Pithon. Um breve panorama da política externa brasileira dos últimos vinte anos: princípios, alterações e a continuidade. In. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília a. 47 n. 187 jul./set. 2010.

CAVLAK, Iuri. Breve história do Suriname/ Iuri Cavlak – 1 ed. – Macapá – Rio de Janeiro. Editora da UNIFAP/ Autografia 2016.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2014, vol.57, n.2, pp.133-151

CORNELET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. In. Revista Conjuntura Austral, Vol. 5 n° 24, jun./jul. 2014.

CORREA, P. G. P. Forging a Military Identity in Suriname. In: Daniel Zirker. (Org.). Forging Military Identity in Culturally Pluralistic Societies: Quasi-Ethnicity. 01ed. Washington DC: Lexington Books, 2015, v. 01, p. 22-28

COTTEY, Andrew; FOSTER, Anthony. Reshaping defense diplomacy: new roles for military cooperation and assistance. Oxford University press – international institute for strategic studies. Abril de 2004.

DEFESANET. Brasil quer Guiana e Suriname envolvidos na integração em defesa sulamericana. Defesanet Agência de Notícias Ltda., 2012. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/7736/Brasil-quer-Guiana-e-Suriname-envolvidos-na-integracao-em-defesa-sul-americana>>. Acesso em: 10 de out. de 2017

FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. História Social n° 18, segundo semestre de 2010, 158-176.

HURREL, Andrew. “O ressurgimento do regionalismo na política mundial”. Contexto International, n. 17, vol. 1, 1995.

JANSSEN, Roger. In search of a path: an analysis of the foreign policy of Suriname from 1975 to 1991. KITLV Press Leiden, 2011.

LAMUR, Humphrey. O impacto da Guerra dos Quilombolas na política populacional durante a escravidão no Suriname. *The Journal of Caribbean History*, vol. 23 (1), 1989, p. 1- 27. Traduzido do inglês por Maria Inês Guimarães Alfano e Valdemir Zamparoni, *Afro-Ásia*, 25-26 (2001), 61-93.

LESSA, Antonio C. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional.*, v.38, p.24 – 39, 1995.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; ALMEIDA, Rafael, Augusto Ribeiro de. O Brasil e a integração na América do Sul: uma análise dos últimos dez anos (2003-2013). *Relações Internacionais*, São Paulo, p.123-134, mar. 2014.

MENDONÇA, Felipe Almeida do Prado, MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo Geisel (1974-1979). *SÉCULO XXI Porto Alegre*, V. 2, Nº2, Jul-Dez 2011.

MUTHANNA, Ka. *Military Diplomacy*, *Journal of Defence Studies*, Vol 5. No 1. January 2011, p. 2-15.

OTÁLVORA, Edgar. *La Diplomacia Militar en Suramérica Alianzas y Rupturas em 2008*. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales. Dezembro de 2008.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (1975), “Relações diplomáticas Brasil estabelece relações com mais quatro países” p. 131.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (1976), RPEB nº 9, “O Brasil recebe o primeiro-ministro e chanceler do Suriname” p. 39-44.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (1989). RPEB nº 60, “Paramaribo recebe o presidente Sarney”, p. 9-21.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (1991). RPEB nº 68, “Eleições no Suriname – nota à imprensa de 28 de maio de 1991”, p. 281

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (1996). RPEB nº 78, “Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião do jantar oferecido ao presidente do Suriname, Runaldo Ronald Venetiann, em Brasília, 10 de janeiro de 1996”, o. 11-12.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (2004). RPEB nº 95, “Visita do Ministro Celso Amorim ao Suriname”, p. 494-495.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (2006). RPEB nº 98, “Assistência Humanitária ao Suriname - envio de helicóptero Cougar do exército brasileiro em 14 de maio de 2006”, p. 375.

RESENHA DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. (2009). RPEB nº 105, “Visita ao Brasil da chanceler do Suriname, Ligia Kraag-Keteldijk em 10 de setembro de 2009”, p. 317.

SATO, Eliti. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.46-57, mar., 2010

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. Rev. Bras. Polit., Brasília, p.67-88, 2010.

SINGH, Chaitram. Re-democratization in Guyana and Suriname: Critical Comparisons. Published by CEDLA – Centre for Latin American Research and Documentation *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 84, April 2008 | 71-85.

URT, João Harckle. Relações Brasil-Suriname: Construção de Confiança no Contexto da Guerra Fria (1975-1985).2010.

VAN LIER, R. A. J. Sociedade de Fronteira: uma análise social da história do Suriname. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. Brasília: Funag/IPRI, 2005. Coleção Países da América do Sul. 600p.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. Tempo soc. [online]. 2003, vol.15, n.2, pp.31-61.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto int. [online]. 2007, vol.29, n.2, pp.273-335.

VISENTINI, Paulo Fagundes. “De FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005)”. *Civitas- Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre v. 5 n. 2 jul.-dez. 2005 p. 381-397.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. In: FUNAG– Fundação Alexandre de Gusmão. Anais da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Seminário América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2008.

WINGER, Gregory. 2014. The Velvet Gauntlet: A Theory of Defense Diplomacy. In: What Do Ideas Do?, ed. A. Lisiak, N. Smolenski, Vienna: IWM Junior Visiting Fellows’ Conferences, Vol. 33.

ZENI, Kaline. A diplomacia brasileira e as discontinuidades da matriz da política externa no governo Dilma Rousseff. *Unoesc & Ciência - ACSA Joaçaba*, v. 7, n. 1, p. 7-14, jan./jun. 2016.

## ANEXOS

### ANEXO A: Cursos de aperfeiçoamento militar oferecidos pelo Brasil

REPUBLIEK SURINAME



MINISTERIE VAN DEFENSIE  
VAN DE REPUBLIEK SURINAME  
*Ministry of Defense of the Republic of Suriname*

Paramaribo, 23 May 2012

**Brazilian Defense, Navy and Army Attaché**  
**Lieutenant Colonel ANGELO BRAIT JUNIOR**  
**Maratakastraat 2**

Ref. no. : DSPO 12 - 0336  
Subject : Courses for the Ministry of Defense Suriname for 2013 in Brazil

**Dear Lieutenant Colonel BRAIT,**

Hereby I like to present to you the course names and the desired quantity of places, which has been selected by the Ministry of Defense Suriname for the fiscal year 2013 in Brazil.

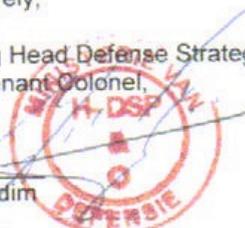
No	Curso para Oficiais	Vaga
01	Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais das Nações Amigas	01
02	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Arma da Infantaria	02
03	Curso de Comunicação Social para Oficiais	01
04	Curso de Psicopedagogia Escolar para Oficiais	01
05	Curso de Instrutor de Educação Física	01
06	Estágio de Preparação de Militares para Missões de Paz para Oficiais	01
	<b>Curso para Sargentos</b>	
01	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos de Infantaria	02
02	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos de Engenharia	01
03	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos de Comunicações	01
04	Curso de Monitor de Educação Física	01
05	Curso de Administração Militar	02
06	Curso de Polícia de Exército para Sargentos	01
07	Curso Básico de Inteligência para Sargentos	01
08	Curso de Auxiliar de Ensino	01

The Ministry of Defense holds itself available for any further information with regard to this issue.

Sincerely,

Acting Head Defense Strategic Planning and Education,  
Lieutenant Colonel

A. Jardim





Paramaribo, 30 May 2012

**Brazilian Defense, Navy and Army Attaché**  
**Lieutenant Colonel ANGELO BRAIT JUNIOR**  
**Maratakastraat 2**

Ref. no. : DSPO 12/0  
Subject : AMAN Courses for the Ministry of Defense Suriname for 2013 in Brazil

**Dear Lieutenant Colonel BRAIT,**

Hereby I like to present to you the course names of AMAN and the desired quantity of places, which has been selected by the Ministry of Defense Suriname for the fiscal year 2013 in Brazil.

No	Curso para Oficiais	Vaga
01	Curso de Formação de Oficiais de Infantaria	01
02	Curso de Formação de Oficiais de Engenharia	01
03	Curso de Formação de Oficiais de Intendência	01
04	Curso de Formação de Oficiais de Comunicação	01
05	Curso de Formação de Oficiais de Material Bélico	01

We look forward to a timely decision in order to start the necessary procedures for recruitment of the candidates.

The Ministry of Defense holds itself available for any further information with regard to this issue.

Sincerely,

Head Defense Strategic Planning and Education,  
Lieutenant Colonel,

J. Antonius  
CC: MinDef

REPUBLIEK SURINAME



MINISTERIE VAN DEFENSIE  
VAN DE REPUBLIEK SURINAME  
Ministry of Defense of the Republic of Suriname

Paramaribo, 5 October 2012

Brazilian Defense, Navy and Army Attaché  
Lieutenant Colonel ANGELO BRAIT JUNIOR  
Maratakastraat 2

Ref. no. : DSPO 12/0915  
Subject : Navy Courses in Brazil 2013

Dear Lieutenant Colonel BRAIT,

We hereby request for the possibilities to grant our Navy with the following courses:

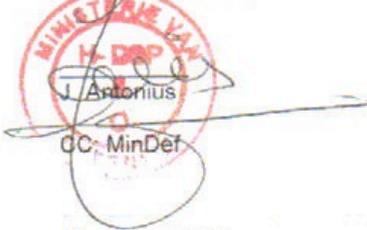
01. Curso de Aperfeiçoamento de Superfície em Maquinas para Oficiais – 01 candidate
02. Curso de Aperfeiçoamento de Intendência para Oficiais – 01 candidate
03. Curso Expedito de Controle de Avarias para Oficiais – 01 candidate
04. Curso Expedito de Guerra Eletrônica para Oficiais – 01 candidate
05. Curso Expedito de Oficial de Salvamento – 01 candidate
06. Curso Expedito de Controle de Avarias em Instalações de Terra – 01 candidate
07. Curso Expedito Combate a Incêndio – 01 candidate
08. Curso Expedito Combate a Incêndio – 01 candidate

We would also like to receive information who will bear the costs with regards to the abovementioned courses.

The Ministry of Defense holds itself available for any further information regarding this issue.

Sincerely,

Head Defense Strategic Planning and Education,  
Lieutenant Colonel,

  
CC: MinDef

+597 426343  
+597 424177 (Fax)  
Kwattaweg # 29, Paramaribo, Suriname, South America

✉ : [john.antonius@defense.gov.sr](mailto:john.antonius@defense.gov.sr)  
🌐 : [www.defense.gov.sr](http://www.defense.gov.sr)

Paramaribo, 25<sup>th</sup> March 2013

**Brazilian Defense, Navy and Army Attaché**  
**Lieutenant Colonel ANGELO BRAIT JÚNIOR**  
 Maratakastraat # 2

Ref. no. : DSP&O 13/0232  
 Subject : Army Courses in Brazil for 2014  
 Annex(s) : 0

**Dear Lieutenant Colonel BRAIT,**

With reference to your letter dated 07 March 2013, regarding "Army Courses for 2014", I hereby like to inform you that the Ministry of Defense Suriname is interested in the following courses.

Officer's courses

NR	COURSE	SLOT
01	Curso de Operações na Selva B	01
02	Curso de Oficial de Comunicações	01
03	Curso de Manutenção	01
04	Curso de Comando eestado-Maior para Oficiais de Nações Amigas	01

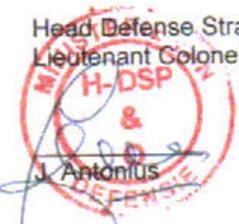
NCO courses

NR	COURSE	SLOT
01	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos de Manutenção de Armamento	01
02	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos de Manutenção de viatura Automóvel	01
03	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos de Topografia	01
04	Curso de Administração de Depósito	01
05	Curso de Operações na Selva Categoria "F"	01

We hold ourselves available for any further information with regard to above mentioned subject.

Sincerely,

Head, Defense Strategic Planning and Education,  
 Lieutenant Colonel,

  
 J. Antonius  
 Cc:Mindef